

## Análise do discurso e ensino de língua materna: a construção do sujeito autor

*Discourse analysis and  
mother tongue teaching: the  
construction of the subject  
author*

Avany Aparecida GARCIA (UFRO)  
avanygarcia@gmail.com

GARCIA, Avany Aparecida. Análise do discurso e ensino de língua materna: a construção do sujeito autor. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 6, n.2, p. 307-321, jul./dez. 2016.

**Resumo:** Este artigo busca estabelecer relações possíveis e convenientes entre a Análise do Discurso e o ensino de língua materna, no sentido de se promover a formação de um sujeito autor crítico, com o respaldo linguístico necessário para o exercício da cidadania. Ao explicitar mecanismos discursivos da linguagem, considera-se o uso estratégico destes em produções textuais que, submissas às imposições sistêmicas, imprimem em seu conteúdo um caráter de intervenção no contexto histórico-social. Para tanto, são apreciadas postulações que conduzem a uma elaboração materialista do discurso, na qual este é apreendido como uma prática, e a língua, concebida a partir de sua relação com a materialidade histórica. Conjectura-se, assim, a construção estratégica de um **sujeito autor** que, sendo responsável pela coerência e consistência do que produz e, relacionando-se com sua exterioridade e interioridade, pode constituir-se e mostrar-se como autor em seu meio (ORLANDI, 1993). Depreendeu-se dessa análise que, para a efetivação da prática discursiva, a escola, como um todo e, especialmente, as aulas de língua materna constituem um espaço privilegiado..

**Palavras-chave:** Análise do Discurso. Sujeito autor. Ensino de língua materna.

**Abstract:** This article seeks to establish possible and convenient relations between Discourse Analysis and the mother tongue teaching, in order to promote the formation of a critical subject author, with the linguistic support required for the exercise of citizenship. To the explicit the discursive mechanisms of language, is considered the strategic use of these in textual productions what, submissive to the systemic impositions print in their content an intervention character in the historical and social context. For this purpose, appreciated postulations are that lead to a materialistic elaboration of the speech, the which it is perceived as a practice, and the language designed from its relation to materialness historical. It is conjectured thus the strategic construction of a subject author who it is responsible for the coherence and consistency of your producing and relating with its externality and interiority, can constitute and show up as an author in their midst (ORLANDI, 1993). It is inferred from this analysis what, for the realization of discursive practice, the school as a whole and especially the mother tongue classes are a privileged space.

**Keywords:** Discourse Analysis. Subject author. Mother tongue teaching.

## Introdução

Desde o surgimento da Linguística, com o corte saussuriano, são discutidas as implicações da dicotomia língua/fala para uma concepção social da língua (CALVET, 2002). No campo pedagógico, em especial nas aulas de língua materna, mesmo com as constatações da própria Linguística sobre a inconsistência e as consequências sociais dessa problemática, ainda se verifica uma prática que privilegia o trato sistemático da língua em sua abstração, limitando-a, geralmente, às prescrições da gramática normativa.

Sabe-se, também, que a postulação por uma linguística do discurso, desde os anos 60, constituiu-se visando ultrapassar concepções estruturalistas vigentes na época (e, por vezes, ainda hoje), primando pelo estudo dos mecanismos de realização da linguagem, da produção do sentido, da concepção do sujeito e da relação desses fenômenos com as determinações histórico-sociais (ORLANDI, 2005).

Desse propósito da Análise do Discurso (AD), procederam as conjecturas da passagem de um sujeito-enunciador para a assunção de um sujeito-autor responsável por essa postura na sua relação com a linguagem. Tal proposta, baseada no “princípio da autoria” de Foucault (1971 *apud* ORLANDI, 1993, p. 77), vem-se consolidando, nos dias atuais, com as postulações de Eni Orlandi, fazendo parte da constituição de uma “Análise de Discurso Brasileira (ADB)”, da qual esta autora seria considerada fundadora<sup>1</sup>.

1 A *Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil*. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/1SEAD/Conferencias/EniOrlandi.pdf>>. Acesso em 27 de ago. de 2016.

Assim, este artigo visa estabelecer relações entre as tendências mais recentes da AD e suas contribuições para o ensino de língua materna, no que respeita à formação de sujeitos autônomos, críticos, capazes de se valerem, estrategicamente, de mecanismos discursivos em prol de uma prática cidadã.

Aborda-se, inicialmente, a vinculação intrínseca da AD com a linguagem, a história e a ideologia, percorrendo-se desde as bases teóricas de Bakhtin (2006), passando-se por Ducrot (1987), Maingueneau (1997) e chegando-se até as postulações de Malidier, Normand, Robin (1997); Orlandi (1993, 2005), entre outros. Em seguida, visando enfatizar, mais diretamente, a relação entre **práticas discursivas** e o **ensino de língua materna**, retoma-se algumas das considerações precedentes, e acrescentam-se postulados de Fiorin (2010), Bagno (2002), Koch e Travaglia (2007), além de orientações constantes dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (1998).

Dessa forma, espera-se, a partir do aporte teórico que ora se propõe, enfatizar a importância de a escola e, em especial, os professores de língua materna, valerem-se das direções que a AD vem propondo, a fim de se favorecer o conhecimento do processo discursivo e, conseqüentemente, a possibilidade de intervir sistêmica e estrategicamente no contexto histórico-social.

### **Análise do discurso: linguagem, história e ideologia**

Conforme mencionado acima, a Análise do Discurso surgiu com a intenção de ultrapassar o estruturalismo da linguística marcado pelo corte saussuriano, visando considerar a prática da linguagem e sua relação intrínseca com as condições sociais que constituem o homem e sua história.

Esse entendimento da inerência entre linguagem, história e ideologia consta nas bases teóricas de Bakhtin que, no entender de Brait (2005), instituiu uma teoria enunciativo-argumentativa, ainda que não chegasse a concluí-la. Na obra, **Marxismo e Filosofia da Linguagem**, esse autor, discorrendo sobre a dificuldade em se explicitar o objeto real da filosofia da linguagem, lembra que

[...] para observar o fenômeno da linguagem, é preciso situar os sujeitos [...] é indispensável que o locutor e o ouvinte pertençam à mesma comunidade linguística, a uma sociedade claramente organizada. E mais, é indispensável que estes dois indivíduos estejam integrados na unicidade da situação social

imediate [...]. É apenas sobre este terreno preciso que a troca linguística se torna possível [...]. Portanto, a *unicidade do meio social e a do contexto social imediato* são condições absolutamente indispensáveis para que o complexo físico-psíquico-fisiológico [...] possa ser vinculado à língua, à fala, possa tornar-se um fato de linguagem. (BAKHTIN 2006, p. 69-70 [grifos do autor])

Percebe-se, em geral, nos postulados de Bakhtin, a ênfase na vinculação estrita da apreciação social aos fenômenos de linguagem. Conforme afirma, “As condições da comunicação verbal, suas formas e seus métodos de diferenciação são determinados pelas condições sociais e econômicas da época” (2006, p. 157).

Como se nota, a AD, desde suas bases teóricas, tende a uma concepção materialista do discurso.

Estendendo à linguística os trabalhos de Bakhtin, Ducrot esboça a teoria polifônica da enunciação. Para este autor, a teoria da polifonia acrescenta à alteridade constitutiva “externa” dos atos de linguagem, uma alteridade “interna” ou autoridade polifônica, diretamente inscrita na língua, sendo o sentido de um enunciado a descrição da enunciação “como uma espécie de diálogo cristalizado, em que várias vozes se entrecrocaram” (1987, p. 9, 143, 163, 181).

Ducrot enfatiza, no entanto, que **descrição**, como ele a concebe, não é objeto de asserção. Ao contrário, frisa, em suas considerações, que o papel da linguística é descrever o discurso sobre a língua a partir das possibilidades semântico-pragmáticas inscritas na língua, sendo uma delas, a **argumentação por autoridade**, mecanismo que, segundo esse teórico, utiliza dispositivos constitutivos do organismo gramatical e os desdobra, realizando uma espécie de virtualidade da língua, no caso, a polifonia, comparada por Ducrot como uma representação teatral (1987, p. 125, 139, 141, 144).

Discorrendo sobre as duas formas de argumentação por autoridade, a **autoridade polifônica**, constitutiva da fala, e o **arrazoado por autoridade**, procedimento facultativo, Ducrot considera este como uma espécie de explicação, racionalização da autoridade polifônica: “[...] pelo fato de alguém haver asseverado uma proposição, arrogamos o direito de nós mesmos a asseverarmos, isto é, de apresentarmos como o reflexo de um estado de coisas” (1987, p. 158).

Dessas análises, Ducrot sugere que o mecanismo do arrazoado por autoridade pode constituir-se em “um certo artifício”, como no caso da retórica escolástica, em se tratando de “uma forma particular de autoridade polifônica, condição de todo discurso”. Conforme comenta

esse teórico, a noção benvenistiana de delocutividade sugere sobre esse artifício que “[...] o discurso segundo, mesmo quando retoma um discurso anterior, não consiste em mero relato. Ele cria uma realidade original: pelo fato mesmo de dizer que alguma coisa já foi dita, diz-se alguma coisa de novo” (1987, p. 159).

A abordagem de Ducrot, visando enfatizar possibilidades semântico-pragmáticas inscritas na língua, também se relaciona com a perspectiva material da língua, como mediadora do processo discursivo, conforme será realçado, mais adiante, neste trabalho.

Outro aporte teórico, que convém às considerações deste artigo, é o de Dominique Maingueneau que faz referência ao sucesso da Análise do Discurso, dada sua inscrição no campo do saber. Maingueneau prefere interpretar essa disciplina “no interior de uma certa *tradição*, como o encontro de uma *conjuntura intelectual* e de uma *prática escolar*”, sendo a conjuntura intelectual, a dos anos 60 que, “sob a égide do estruturalismo, viu articularem-se, em torno de uma reflexão sobre a “escritura”, a linguística, o marxismo e a psicanálise”; e a prática escolar, aquela da “explicação de textos” (1997, p. 9-10 [grifos do autor]).

Esclarecendo sobre essa prática de explicação de texto, Maingueneau alude a Pêcheux, segundo o qual

[...] a análise de discurso não pretende se instituir como especialista da interpretação, dominando “o” sentido dos textos; apenas pretende construir procedimentos que exponham o olhar-leitor a *níveis opacos à ação estratégica de um sujeito* [...]. O desafio crucial é o de *construir interpretações*, sem jamais neutralizá-las, seja através de uma minúcia qualquer de um discurso sobre o discurso, seja no espaço lógico estabilizado com pretensão universal. (PÊCHEUX *apud* MAIGUENEAU, 1997, p. 11 [grifos do autor])

Referindo-se à ambiguidade da expressão “análise do discurso”, Maingueneau, esclarece que essa situação provém da própria organização do campo da linguística que opõe um núcleo “rígido”, de propriedades formais, “a uma periferia cujos contornos instáveis estão em contato com as disciplinas vizinhas (sociologia, psicologia, história, filosofia, etc.)” (1997, p. 11).

De acordo com este autor, entre as duas formas de ler a oposição entre essas zonas do campo linguístico, “a primeira revela uma hierarquia entre o que depende plenamente da linguística e o que seria apenas um conjunto de margens [...]”; já a outra, defendida por ele, “afirma, de

início, a dualidade radical da linguagem, a um só tempo, integralmente formal e integralmente atravessada pelos embates subjetivos e sociais” (1997, p. 12).

Considerando, então, a distribuição da periferia, compreende-se, segundo Maingueneau, que o conteúdo das múltiplas “análises do discurso” varia em função das disciplinas vizinhas em que se apoia (1997, p. 12). Nesse sentido, referindo-se à “escola francesa de análise do discurso”, mais especificamente, Maingueneau menciona a necessidade de se precisar melhor o trabalho que realiza essa disciplina, devido à expansão de seu campo (1997, p. 13).

Assim, Maingueneau, considerando que todas as ciências sociais estão, inevitavelmente, situadas e que a Análise do Discurso não escapa à regra, justifica a inscrição dessa disciplina no espaço linguístico, observando, entretanto, que a posição da AD, na relação com a linguística, é delicada. Com J. J. Courtine, afirma que “por um lado, a discursividade define “uma ordem própria, diversa da materialidade da língua” e, por outro, esta ordem ‘se realiza na língua’” (1997, p. 15 e 17).

#### *Perspectivas de uma elaboração materialista do discurso*

Concebendo também a materialidade da língua como mediadora do processo discursivo, Malidier, Normand e Robin propõem uma elaboração materialista do discurso. No artigo “*Discurso e Ideologia: bases para uma pesquisa*”, essas autoras consideram a necessidade de teorização dos problemas do discurso, de suas relações com as ideologias, com as representações, de suas relações com a história de uma formação social e com o sujeito da enunciação (1997, p. 67).

Para essas autoras “Uma prática mais ou menos empírica dos métodos linguísticos aplicados aos discursos históricos está na origem da exigência de *teorização da relação língua-discurso-história*” (1997, p. 68 [grifo nosso]). Após procederem a uma abordagem crítica das diversas teorias que buscam considerar “os problemas colocados pela exclusão e pela necessidade de reintegração de tudo aquilo chamado de ‘extralinguístico’” (1997, p. 68), essas pesquisadoras indicam duas direções de pesquisa, já em curso, visando atender a tal propósito.

Quanto à primeira linha: “O emprego de um certo número de conceitos tendo em vista uma elaboração materialista do discurso” (1997, p. 94), elas propõem

um esquema de produção-transformação do discurso, no qual interviriam, a título de condições, quatro bases: ideológica, linguística, analítica, textual. Chamamos base a estrutura própria a um momento dado, a um sujeito da enunciação dado, resultado da relação de sua história na formação social à economia dos processos inconscientes, à estrutura da língua, ou à existência de um campo discursivo (textual). Estas quatro bases constituem uma base geral de representações; sobre esta base geral se exercem diferentes tipos de trabalho (em especial o trabalho do significante), para produzir um discurso (texto), o qual tem diferentes funções que agem de volta sobre as condições de produção. (1997, p. 95)

A segunda direção de pesquisa diz respeito à

identificação das mudanças de dominância entre séries discursivas. Mudanças de *dominância* colocadas em relação de modo complexo com as transformações da formação social, como traço, indício, efeito destas transformações. (MALDIDIER, NORMAND E ROBIN, 1997, p.95).

As autoras destacam, no entanto, que esse nível de pesquisa não se determina “no quadro do empirismo, mas em função de uma elaboração teórica ao nível da hipótese, como ao nível do resultado” (1997, p. 95).

No entender de Maldidier, Normand e Robin (1997, p.96),

estas dominâncias não podem ser pensadas senão em função de instituições que as sustentam, instituições não abordadas pela conceitualização da sociologia, mas enquanto Aparelho Ideológico de Estado (A.I.E.).

Conforme afirmam, “uma modificação da estrutura do Estado deve remeter tanto a uma mudança da relação das forças sociais em presença e em luta [...] e em aval à necessidade de novos A.I.E.” (1997, p. 96).

Considerando o que essas pesquisadoras postulam sobre a força social da ideologia: “Não o reflexo de mudanças mas o *efeito* de processos complexos de transformações” (1997, p. 86 [grifos das autoras]), percebe-se, mais nitidamente, as prerrogativas de uma concepção materialista do discurso “como uma prática, resultante de um conjunto de determinações reguladas em um momento dado por um feixe complexo de relações com outras práticas, discursivas e não-discursivas” (1997, p. 82).

Deduz-se, assim, que, dos processos de transformações, do qual a ideologia é efeito, seja possível constituir, criar, também, melhores condições de vivência, “novos A.I.E.”, considerando que formações

ideológicas e discursivas se manifestam “pela materialidade mesma das ideologias, sua forma: comportamentos e *linguagens principalmente*” (1997, p. 87 [grifo nosso]).

### **Da liberdade do sujeito falante à constituição do sujeito autor**

Na mesma linha das autoras supracitadas, Eni Orlandi, postulando sobre o fenômeno da heterogeneidade, inscrito na noção de discurso, parte da concepção de **discurso como dispersão de textos** e do **texto, como uma dispersão do sujeito**, entendendo, assim, que “a constituição do texto pelo sujeito é heterogênea, isto é, ele ocupa (marca) várias posições no texto” (1993, p. 53).

De acordo com essa autora, as diferentes posições do sujeito correspondem a diversas formações discursivas, significando isso que “A constituição do texto, do ponto de vista da ideologia, não é homogênea [...] já que a ideologia não é uma máquina lógica, sem descontinuidades, contradições” (1993, p. 53-54).

Aludindo a Foucault (1969), Orlandi toma, também, como parâmetro a afirmação de que “são as formas de assujeitamento ideológico que governam os mecanismos enunciativos”, sendo estes “infinitamente mais complexos que aqueles postulados pela liberdade do ‘sujeito falante’ das teorias da enunciação” (1993, p. 54). Para Orlandi, enquanto nas teorias da enunciação, marcas atestam a relação do sujeito com seu dizer e, através dele, com o mundo no jogo da intersubjetividade (BENVENISTE, 1976 *apud* ORLANDI, 1993, p. 54), na AD não há liberdade do sujeito e as marcas não são detectáveis mecânica e empiricamente; os mecanismos enunciativos são construções discursivas com seus efeitos de caráter ideológico (1993, p. 54).

Assim, Orlandi, semelhantemente a Malidier, Normand e Robin, com base em Foucault (1969), explora a definição de discurso como “regularidade de uma prática”, “definição em que a unidade do discurso não está na ‘coerência visível e horizontal dos elementos formados, ela reside bem aquém, no sistema que torna possível e rege uma formação” (1993, p. 55). No entender de Orlandi, com base em Vignaux (1979), “há, na gênese de todo discurso, o projeto totalizante de um sujeito” que o converte em autor, sendo este projeto o de “assegurar a coerência e a completude de uma representação” (1993, p. 55-56).

Lembrando Althusser (1970), Orlandi afirma que o autor “é uma das dimensões em que se revela a “interpelação do indivíduo em

sujeito”, interpelação que traz consigo, necessariamente, a aparência de unidade que a dispersão toma” (1993, p. 56). Dessa forma é possível observar, segundo essa autora, os efeitos da ideologia: aparência da unidade do sujeito e a da transparência do sentido, funcionado como “evidências” que são produtos da ideologia (1993, p. 56).

De acordo com Orlandi, “É a relação do sujeito com o texto, deste com o discurso, e a inserção do discurso em uma formação discursiva determinada que produz a impressão da unidade, a transparência”. Assim, Orlandi propõe um deslocamento: “ao invés de tratar, no domínio da enunciação, dos modos de enunciação do discurso [...], trata do próprio modo como a dispersão e a unidade jogam na constituição da textualidade” (1993, p. 57).

No entender de Orlandi, ao tratar dessa construção, atinge-se o modo pelo qual o texto é atravessado por várias **formações discursivas**. Ressalta, no entanto que a relação entre as diferentes formações discursivas no texto “podem ser de muitas e diferentes naturezas: de confronto, de sustentação mútua, de exclusão, de neutralidade aparente, de gradação, etc.” e que “o resultado da relação de autoria do sujeito com essa pluralidade de formações discursivas no texto não é necessariamente a de harmonizar, excluir, etc.” podendo isso “ser observado pelo modo de existência da polifonia no texto” (1993, p. 57-58).

Assim, Orlandi, na mesma linha de Ducrot (1987), toma “a polifonia como um dos lugares de se observar a relação entre as diferentes formações discursivas e a constituição do texto em sua unidade” (1993, p. 58).

Considerando, então, as relações entre texto, sujeito e formação discursiva, essa autora explicita as *noções de sujeito e autor*. Com Foucault (1971), menciona que “há processos internos de controle e delimitação do discurso” que “se dão a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição, visando domesticar a dimensão do acontecimento e do acaso do discurso”, sendo que esse controle “pode ser observado em noção como as de *comentário, autor e disciplina*” (1993, p. 60 [grifo nosso]).

Para Orlandi, o princípio da autoria, tomado como uma extensão ao de Foucault, abrange também a **função restritiva e coercitiva**, implicando, isso, em “considerar o autor como o princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações”. Dessa forma, concebe a unidade do texto como “efeito discursivo que

deriva do princípio da autoria”, atribuindo, assim “um alcance maior que especifica o princípio da autoria como necessário para qualquer discurso” (1993, p. 61).

O princípio da autoria, segundo Orlandi, institui a unidade que se faz a partir da heterogeneidade, podendo esta, ser pensada como uma **função enunciativa**. Concebe, então, as várias funções enunciativas do sujeito falante na seguinte ordem e da seguinte forma:

- (1) **Locutor**: aquele que se representa como “eu” no discurso.
- (2) **Enunciador**: perspectiva que esse “eu” constrói.
- (3) **Autor**: função social que esse “eu” assume como produtor da linguagem (1993, p. 61).

Orlandi enfatiza que “O autor é, das dimensões enunciativas do sujeito, a que está mais determinada pela exterioridade (contexto sócio-histórico) e mais afetada pelas *exigências de coerência, não contradição, responsabilidade, etc.*” Assim, entende que “explicitar o princípio de autoria é desvelar o que produz o *apagamento do sujeito*”, possibilitando, dessa forma, “observar a relação dinâmica entre sujeito e discurso”, na qual o falante é o material empírico bruto e, como enunciador, torna-se o sujeito dividido em suas várias posições (liberdade), enquanto o autor “apaga o sujeito produzindo uma unidade que resulta de uma relação de determinação do sujeito pelo seu discurso [responsabilidade]” (1993, p. 61-62, [grifos nossos]).

Portanto, conforme afirma Orlandi, “é na relação entre discurso e sujeito que podemos apreender o jogo entre a liberdade (do sujeito) e a responsabilidade (do autor)” (1993, p. 62).

Presume-se que, nessa dinâmica, seja possível valer-se da responsabilidade do autor estrategicamente, uma vez que, sendo este determinado pelo discurso, **isentando, apagando o sujeito** em suas várias perspectivas, cede-se à **ilusão da autonomia e unidade do sujeito autor** (efeito ideológico), de modo que o falante, “material empírico bruto”, mantém, teoricamente, a imparcialidade quanto às asserções de um determinado conteúdo. Daí a possibilidade de, **sistemicamente**, interferir no **sistema**, pois, de acordo com Orlandi, a assunção do sujeito ao seu papel de autor, “implica [...] uma inserção (construção) do sujeito na cultura, uma posição dele no contexto histórico-social” (1993, p. 79).

No sentido dessa conjectura, nota-se que Ducrot, ao conceber a

polifonia como uma espécie de virtualidade da língua, comparando-a como uma representação teatral, conforme visto acima, apresenta alguma similaridade quanto à ideia de **imparcialidade do sujeito falante**: “[...] Assumindo a responsabilidade de um conteúdo, *não se assume a responsabilidade da asserção deste conteúdo*, não se faz dessa asserção o fim pretendido de sua própria fala [...]” (1987, p. 218 [grifo nosso]).

### **Prática discursiva e ensino de língua materna**

*[...] o discurso, sendo da ordem da História, pode mudar o sistema.*  
FIORIN, 2010, p. 303

Postula-se que uma das funções da escola é propiciar

*“uma educação linguística”* que tenha como elementos constitutivos o desenvolvimento ininterrupto das habilidades de ler, escrever, falar e escutar; conhecer e reconhecer a realidade intrinsecamente múltipla, variável e heterogênea da língua; e a constituição de um conhecimento sistemático sobre a língua, tomada como objeto de análise, reflexão e investigação. (BAGNO, 2002, p. 17-18 [grifo do autor])

Relacionado esse postulado às considerações precedentes neste artigo, percebe-se a viabilidade, a pertinência e a conveniência de se favorecer uma prática discursiva por meio de um trabalho estratégico com a língua materna na escola.

Nesse sentido, Fiorin, referindo-se à instituição da Linguística do Discurso, afirma que “a enunciação pode ser tratada como sistema”, uma vez que “sob a diversidade infinita dos atos particulares de enunciação opera sempre o esquema geral, que permanece invariante”, constituindo-se, dessa forma, um novo objeto para a Linguística, “o uso linguístico” (2010, p. 30).

Percebe-se que esse caráter ambivalente do discurso — “instável”, “heterogêneo”, “disperso” e, ao mesmo tempo, “invariante”, “regulado”, “sistemizado” — é que afere à AD seu caráter de confluência disciplinar. Nesse sentido, Orlandi afirma que “a Análise do Discurso critica a prática das Ciências Sociais e a da Linguística, refletindo sobre a maneira como a linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua” e, partindo da ideia “de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, trabalha a relação língua-discurso-ideologia” (ORLANDI, 2005, p. 16-17).

Sendo a língua integrante da relação língua-discurso-ideologia

e, considerando que os textos constituem o meio pelo qual a língua funciona (KOCH; TRAVAGLIA, 2007), faz-se necessário observar como a noção de texto, numa perspectiva discursiva, pode favorecer o ensino sistemático da língua materna.

Nota-se que esse enfoque consta nos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa, que, também, concebem o texto como “a unidade básica do ensino” (1998, p. 23):

Em Língua Portuguesa, levando em conta que o texto, unidade de trabalho, coloca o aluno sempre frente a tarefas globais e complexas, para garantir a apropriação efetiva dos múltiplos aspectos envolvidos, é necessário reintroduzi-los nas práticas de escuta, leitura e produção. (1998, p. 66)

Tratando-se de um documento com força de referência nacional, uma abordagem como essa exprime o indício de um avanço que toma por base as perspectivas de ponta da Linguística Moderna.

Partindo desse ponto de vista sobre o texto, retoma-se aqui a abordagem de Orlandi sobre a prática discursiva. Para essa autora o texto é unidade de análise, mas não unidade de construção do discurso, já que este é concebido como prática, processo. Contudo, é um conceito mediador imprescindível: o enunciado, como unidade de construção do discurso, tem de ser referido ao texto para poder ser apreendido no processo de construção do discurso. Assim, “é preciso tomar o *texto como discurso*, enquanto *estado determinado de um processo discursivo*” (1993, p. 59 [grifo nosso]).

Quanto à organização textual, Orlandi afirma que tal se dá segundo os recortes constituídos pela enunciação dos enunciados, sendo que “estes recortes têm seu sentido constituído segundo as instruções semântico-pragmáticas” que visam “explicar a intenção atestada nos enunciados” (1993, p. 68-69).

A esse respeito, Orlandi, aludindo a Pêcheux e Fuchs (1975), expõe que na AD “se opera com a distinção entre semântica linguística e semântica discursiva”, reservando-se àquela o lugar específico da língua: construção do efeito-sujeito (efeito ideológico); e a esta, o questionamento da autonomia e a relativização da função da intenção (1993, p. 69).

Com base nessas postulações, Orlandi considera, com mais especificidade, a relação entre linguagem e sujeito associada à vida escolar. Lembrando Foucault, essa autora enfatiza que a noção de sujeito “na verdade está suposta em toda reflexão que procure problematizar

qualquer prática de conhecimento” (1993, p. 76).

Tomando, então, como objeto de sua atenção “a relação do sujeito com o texto que ele produz, tendo como contexto a escola e tomando como cerne da observação o momento em que se ensina a escrever”, Orlandi expõe alguns esclarecimentos sobre as condições de produção da leitura e da escrita (1993, p. 76).

Considera, inicialmente “que o sujeito está, de alguma forma, inscrito no texto que produz” (1993, p. 76). Daí a noção de autoria considerada acima.

Citando Haroche (1984), Orlandi ressalta que o sujeito autor se define como sujeito-jurídico: possui direitos e deveres. Na relação com a linguagem, “esse sujeito é capaz de ‘uma liberdade sem limite a uma submissão sem falhas’” (1993, p. 77-78).

Uma vez que o autor é a instância mais determinada pela representação social, conforme as postulações de Orlandi, “sua relação com a linguagem está mais sujeita ao controle social” (1993, p. 78):

[...] do autor se exige: coerência; respeito aos padrões estabelecidos, tanto quanto à formação do discurso como às formas gramaticais; explicitação; clareza; conhecimento das regras textuais; originalidade; relevância e, entre várias coisas, “unidade”, “não contradição”, “progressão” e “duração” do seu discurso.

Assim, de acordo com Orlandi, o autor é o “sujeito que, tendo o domínio de certos mecanismos discursivos, representa pela linguagem, esse papel, na ordem social em que está inserido” e, para se chegar a essa instância, faz-se necessária a *atuação da escola*: “Eis onde deve incidir a reflexão linguístico-pedagógica para que o professor de língua possa atuar, dando a conhecer ao aluno a natureza desse processo no qual o “aprender a escrever” o engaja” (1993, p. 79).

### **Considerações finais**

Foram abordadas neste artigo características que marcaram a constituição da AD, com ênfase nas perspectivas recentes de um enfoque materialista do discurso relacionado ao ensino de língua materna. Pretendeu-se ressaltar a viabilidade e a conveniência de um trabalho estratégico com a linguagem, a partir do conhecimento de mecanismos que integram o processo discursivo, para a formação de um sujeito autor.

Discorreu-se, inicialmente, sobre a relação entre linguagem,

discurso e ideologia, verificando-se que, desde suas bases teóricas, a AD tem como foco de interesse “a língua funcionando para a produção de sentido” (ORLANDI, 2005, p. 17), bem como a relação dessa prática discursiva com as determinações histórico-sociais. Assim, foram enfatizadas postulações sobre as vantagens de se evoluir da concepção de um sujeito falante, livre, para a constituição de um sujeito autor, **determinado pelo discurso**, uma vez que, ao assumir a responsabilidade social, atendendo às coerções do sistema e cedendo-se à ilusão de uma autonomia ideológica, o sujeito autor também resguarda o sujeito falante empírico, jogando, em seu discurso, com a responsabilidade pelas asserções dos conteúdos apresentados (DUCROT, 1987).

Em seguida, as abordagens foram direcionadas no sentido de focar as relações possíveis, pertinentes e convenientes entre a AD e o ensino de língua materna. A análise partiu de uma perspectiva de discurso como prática, e de uma noção de texto, segundo a qual, este, sendo a base de trabalho nas aulas língua materna, constitui-se, também, como unidade de análise apreendida no processo discursivo (ORLANDI, 1993), sendo que o sujeito autor constitui-se como o responsável pela articulação consciente dos mecanismos integrantes dessa prática discursiva.

Assim, das considerações arroladas neste trabalho, depreende-se a possibilidade sistêmica de se valer dos postulados de uma perspectiva materialista do discurso, enquanto contribuição científica, para as aulas de língua materna, no sentido de se favorecer a aspiração de uma educação linguística de oferecer, através da língua, os instrumentos necessários ao exercício da cidadania.

## Referências

- BAGNO, M. A inevitável travessia: da prescrição gramatical à educação linguística. In: BAGNO, M., STUBBS, M., GAGNÉ, G. **Língua materna: letramento, variação e ensino**. São Paulo: Parábola, 2002, p.13-82.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 12 ed. SP: Hucitec, 2006.
- BRAIT, B. **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CALVET, L. A luta por uma concepção social. In: **Sociolinguística: uma introdução crítica**. São Paulo: Parábola, 2002, p. 11 - 34.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Tradução de Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1987.

FIORIN, José Luiz. **As astúcias da enunciação**. *As categorias de pessoa, espaço e tempo*. 2.ed. São Paulo: Ática, 2010.

KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Coerência e Ensino. In: **A Coerência Textual**. 17.ed. São Paulo: Contexto, 2007.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Tradução de Freda Indursky. Revisão dos originais da tradução Solange Maria Ledda Gallo, Maria da Glória de Deus Vieira de Moraes. 3.ed. Campinas: Pontes – Editora da UNICAMP, 1997.

MALDIDIER, D.; NORMAND, C.; ROBIN, R. Discurso e ideologia: bases para uma pesquisa. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Gestos de leitura: Da história no discurso**. Tradução de Bethania S. C. Mariani. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997, p. 67-102.

ORLANDI, E. P. Unidade e dispersão: uma questão do texto e do sujeito. Nem escritor, nem sujeito: apenas autor. In: **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez; Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1993, p. 53-83. (Coleção passando a limpo)

\_\_\_\_\_. **Análise do Discurso: Princípios & Procedimentos**. 6.ed. São Paulo: Pontes, 2005.

Recebido em: 31 de ago. de 2016.

Aceito em: 27 de dez. de 2016.